



MUNICÍPIO DE AVEIRO
Assembleia Municipal

ACTA N.º 38

Sessão Ordinária de Junho

1.ª Reunião de 29-06-2011

Aos vinte nove dias do mês de Junho de dois mil e onze, reuniu a Assembleia Municipal de Aveiro, no Salão Paroquial de São Jacinto, sito no Largo da Igreja, em **São Jacinto**, presidida pelo Presidente da Assembleia Municipal, Luís Miguel Capão Filipe, secretariado pelo Primeiro Secretário Jorge Carvalho Arroiteia e pela Segunda Secretária Ângela Maria Bento Rodrigues Nunes Saraiva de Almeida, com a presença dos Vogais, Manuel António Coimbra Rodrigues da Silva, Marco António Costa Gonçalves, Paulo Jorge Lopes Anes, Bruno Miguel Ribeiro Costa, Manuel José Prior Pedreira das Neves, Elisabete Krithinas de Freitas, Vítor Manuel Marques Oliveira, João Carlos Martins Valente, António José Mila Canhoto, Victor Manuel da Silva Martins, Firmino Marques Ferreira, Fernando Tavares Marques, Casimiro Simões Calafate, Sesnando Alves dos Reis, David Paiva Martins, José António Tavares Vieira, Rui Miguel Macela Leal Vaz, Ernesto Carlos Rodrigues de Barros, Paulo Alexandre Florentino Marques, Rafael Alexandre Lopes Nevado, Carlos Mário Magalhães Anileiro, Antero Marques dos Santos, Raúl Ventura Martins, José Gonçalo Borges Belo da Fonseca, Maria Celina Capão Lourenço França Alves, Pedro Machado Pires da Rosa, João Condinho Vargas, Ana Maria Pinho de Seça Neves Ferreira, Nuno Manuel Marques Pereira, Manuel Vieira dos Santos, Maria Romana Alves Macedo Fragateiro da Cunha, João Alberto Simões Barbosa, Virgínia Maria Melo Matos, João Pedro Rodrigues dos Santos Dias e Filipe Seça Neves Barbado Guerra.⁰¹

Pelas 20:30 horas, o Presidente da Mesa declarou aberta a reunião.

No momento da chamada verificaram-se as ausências dos seguintes vogais:
Telmo Vieira Martins.

Por parte da Câmara Municipal estavam presentes, o Presidente da Câmara, Élio Manuel Delgado da Maia, Vice-Presidente da Câmara Carlos Manuel da Silva Santos, e os Vereadores Pedro Nuno Tavares de Matos Ferreira (chegou às 21:30 horas), Ana Vitória Gonçalves Morgado Neves, Maria da Luz Nolasco Cardoso, Miguel Alexandre de Oliveira Soares e Fernandes (chegou às 21:30 horas) e José da Cruz Costa.

Seguidamente, nos termos do artigo 78.º da Lei n.º 169/99 de 18 de Setembro, na redacção dada pela Lei n.º 5-A/2002 de 11 de Janeiro, o Presidente da Mesa deu conhecimento ao plenário da substituição nesta reunião dos vogais, Maria Isabel Silva de Oliveira Leite Pedroso, Olinto Henrique da Cruz Ravara, Alexandre Jorge Ribeiro Caleiro, Maria Inês de Sousa Botelho Azevedo Mineiro, Paulo Jorge Teixeira de Jesus, Ivar Jorge Alves Corceiro e António Manuel Pinho Regala, pelos sucedâneos na lista de candidatura, respectivamente, Marco António Costa Gonçalves, Vítor Manuel Marques Oliveira, António José Mila Canhoto, Paulo Alexandre Florentino Marques, João Condinho Vargas, Virgínia Maria Melo Matos e Filipe Seça Neves Barbado Guerra.⁰²

Também, e nos termos da legislação em vigor, o Presidente da Mesa informou que o Presidente de Junta de Freguesia Armando Manuel Dinis Vieira, se fez substituir nesta reunião, respectivamente, por Firmino Marques Ferreira.

Os sucedâneos na lista de candidatura, Susana Cristina Chaves Batista Esteves, Maria João Moreira Dinis, Simão Pedro da Fonseca Tavares Quina, Anabela de Almeida Saraiva, Rui Alexandre Guerra de Miranda Macedo, Pedro Miguel Melo Castro Silva Pinheiro, Paula Cristina Dias Urbano Antunes, Joana Cristina Rodrigues dos Santos Dias, Nelson Ricardo Esteves Peralta, Rui Miguel Bartolomeu Maio, Celme Cristina de Jesus Tavares, António Alberto Rodrigues Santos Ferreira Neto, e António Manuel Santos Salavessa, apresentaram escusa.

Foram efectuados os reconhecimentos de poderes.

Continuando, o Presidente da Mesa, colocou à apreciação e votação do plenário as actas das reuniões anteriores nos termos que se seguem: [04](#)

Acta n.º 31 – Sessão Ordinária de Abril - 1.ª reunião: Colocada à discussão não se verificaram intervenções. Submetida à votação foi a mesma aprovada por maioria, com trinta e sete votos a favor, uma abstenção, e zero votos contra.

Acta n.º 32 – Sessão Ordinária de Abril - 2.ª reunião: Colocada à discussão não se verificaram intervenções. Submetida à votação foi a mesma aprovada por maioria, com trinta e quatro votos a favor, três abstenções, e zero votos contra.

Acta n.º 33 – Sessão Ordinária de Abril - 3.ª reunião: Colocada à discussão não se verificaram intervenções. Submetida à votação foi a mesma aprovada por maioria, com trinta e quatro votos a favor, três abstenções, e zero votos contra.

Acta n.º 34 – Sessão Ordinária de Abril - 4.ª reunião: Colocada à discussão não se verificaram intervenções. Submetida à votação foi a mesma aprovada por maioria, com trinta e quatro votos a favor, três abstenções, e zero votos contra.

Acta n.º 35 – Sessão Ordinária de Abril - 5.ª reunião: Colocada à discussão não se verificaram intervenções. Submetida à votação foi a mesma aprovada por maioria, com trinta e quatro votos a favor, três abstenções, e zero votos contra.

Acta n.º 36 – Sessão Ordinária de Abril - 6.ª reunião: Colocada à discussão não se verificaram intervenções. Submetida à votação foi a mesma aprovada por maioria, com trinta e quatro votos a favor, três abstenções, e zero votos contra.

A seguir o Presidente da Mesa leu a “Ordem do Dia” constante da convocatória para esta Sessão Ordinária de Fevereiro, cujos pontos se transcrevem:

Ponto 1. – Comunicação Escrita do Presidente da Câmara Municipal;

Ponto 2. - Projecto de Intervenção para a Avenida Dr. Lourenço Peixinho - apresentação da metodologia, do enquadramento e grandes intervenções urbanísticas e dos conceitos base para o espaço público – apresentação;

Ponto 3. - Dissolução e extinção do “TEATRO AVEIRENSE, L.DA” – deliberação;

Ponto 4. – Dissolução e extinção da “EMA -Estádio Municipal de Aveiro, E.E.M” – deliberação;

Ponto 5. – Lista de Candidatos a Juizes Sociais para o Tribunal da Comarca do Baixo Vouga - Juízo de Família e Menores de Aveiro - deliberação.

Continuando o Presidente da Mesa cumprimentou os munícipes de São Jacinto presentes e deu a palavra ao Presidente de Junta de Freguesias de São Jacinto e líderes dos grupos municipais

Presidente da Mesa:⁰⁵

“Srs. Vereadores. Sras. e Srs. Deputados. É com enorme satisfação, conforme referimos, que abrimos a presente sessão ordinária da Assembleia Municipal de Aveiro em Jacinto. Permitam-nos, da parte da Mesa, umas breves palavras. Palavras de homenagem às nossas freguesias — a primeira organização da nossa vida em comum do povo que somos. A sua importância é a de serem um verdadeiro ministério de proximidade e também da absoluta necessidade de um Município de Aveiro contínuo, de qualidade, entre todas as freguesias, embora sempre com respeito pelas suas singularidades que, afinal, as distinguem. Por esta convicção e também pela convicção de dar a conhecer o funcionamento da Assembleia Municipal de Aveiro, afinal o principal órgão representativo e deliberativo do Município de Aveiro.

A Mesa da Assembleia Municipal tem concretizado o projecto as “Freguesias vêm à Assembleia” e em complementaridade com o projecto, nesta sessão, a Assembleia Municipal veio a S. Jacinto. Vimos aqui julgamos que pela primeira vez na história de todos os mandatos democráticos da Assembleia Municipal, e por isso, simbólico também porque é a primeira vez neste mandato, nesta itinerância da Assembleia Municipal, por ser a freguesia mais distante de Aveiro, mas seguramente muito próxima em termos de afecto e, sobretudo, em termos de futuro.

Da parte da Mesa fazemos o reconhecimento da qualidade e da amabilidade da recepção, na pessoa do Sr. Presidente de Junta, Rui Vaz, na pessoa também da minha colega Presidente da Assembleia de Freguesia, Alda Pinto, e a toda a equipa que também cumprimentamos.

Uma palavra de agradecimento à paróquia, à comissão fabriqueira, por nos terem instalado nestas magníficas instalações e que tornaram possível esta itinerância da Assembleia Municipal de Aveiro a S. Jacinto.

Uma última palavra para a galeria do público da Assembleia Municipal aqui presente, saudando com particular afecto todos os munícipes aveirenses da Freguesia de S. Jacinto. Ainda antes de entramos nos períodos regimentais, daremos a palavra para se assim o entender, ao Sr. Presidente da junta de Freguesia de S. Jacinto que, tão honrosamente nos recebe aqui hoje.”

Presidente da Junta de Freguesia de São Jacinto:⁰⁶

“Muito boa noite a todos. Sr. Presidente, Ex.ma Mesa, Sr. Presidente da Câmara, Srs. Vereadores, Srs. Deputados, Ex.mo Público.

É para nós, pessoas de S. Jacinto, uma honra recebê-los nesta itinerância que começa em S. Jacinto e que julgo se alargará por outras freguesias. Desde já agradecemos termos sido privilegiados com a primeira Assembleia Municipal realizada nesta Freguesia.

Para nós é muito importante receber-vos cá porque é uma das formas de nos reconhecermos como aveirenses de pleno direito. E hoje, de facto, sentimo-lo.

Foi importante para nós receber-vos. Foi importante a visita que os deputados fizeram à Freguesia — muitos, provavelmente, pela primeira vez. Demonstra que começa a haver algum interesse por esta Freguesia que tem como disse e muito bem, um grande futuro à sua frente.

Todas as minhas palavras são de agradecimento à Assembleia, à Câmara e aos Srs. Deputados. Muito obrigado pela vossa presença.”

(Entretanto deram entrada na sala os vogais Carlos Francisco da Cunha Picado e Maria Inês Sequeira de Bastos Abreu)

Presidente da Câmara:⁰⁸

“Sr. Presidente. Srs. Deputados. Uma saudação breve mas sentida à população de S. Jacinto, às suas forças vivas, às suas associações, à paróquia, e a cada cidadão. E permitam-me que corporize esta saudação nas pessoas dos actuais responsáveis autárquicos. Os Presidentes da Junta, o Rui Vaz, e da Assembleia de Freguesia, Alda Pinto, e também nos restantes membros do Executivo.

Como sabem, a construção de uma comunidade é algo exigente e difícil. A Freguesia de S. Jacinto pela sua localização geográfica, pela sua distância em relação ao centro do Concelho, pelas dificuldades que tem nessa acessibilidade a esse centro sociológico que é Aveiro, tem acrescidas dificuldades e acrescidas exigências em construir-se enquanto comunidade. E, por isso, o esforço que tem feito ao longo da história, é notável e tem mais mérito.

Foi em cinquenta e cinco que esta localidade se autonomizou em termos civis, passou a freguesia, e, quer antes, quer depois, ela tem sido construída com muito esforço, com muita dedicação, e com muito trabalho de muita gente.

Como sabem, no primeiro mandato reunimos aqui, em S. Jacinto, o Executivo Municipal. Neste segundo mandato está aqui a reunir, penso que pela primeira vez na história da Freguesia, aquele que é o órgão máximo do nosso Concelho, que é a Assembleia Municipal.

Isto demonstra também, na prática, no concreto, respeito e a atenção que todos vamos de forma crescente, como referiu há pouco o Sr. Presidente da Junta, tendo para com esta Freguesia de S. Jacinto.

Tem sido possível, com o apoio de todos, ultrapassar algumas das dificuldades, alguns dos desejos, alguns dos anseios da população, mas temos pela frente uma tarefa muito difícil. Há ainda muitos sonhos e muitos desejos por realizar. Acreditem que é vontade do executivo, é vontade da Assembleia Municipal, é vontade da Junta de Freguesia, dar o máximo no sentido de dar o contributo para termos uma Freguesia de S. Jacinto melhor e, naturalmente, um concelho de Aveiro melhor. Muito Obrigado.”

Líder grupo Municipal (em substituição) PCP:⁰¹⁰

“Em nome do Partido Comunista Português gostaríamos de enviar uma saudação a quem nos cede este espaço, à Paróquia, a todos aqueles que contribuíram para a realização desta Assembleia Municipal de Aveiro, hoje, na Freguesia de S. Jacinto, medida que apoiamos.

E gastávamos também de aproveitar este momento para enviar uma calorosa saudação ao povo de S. Jacinto, aos seus trabalhadores, a todos aqueles que aqui vivem e trabalham nesta localidade, nesta freguesia do nosso Concelho que, como aqui já foi referido, padece de um conjunto de dificuldades na sua maioria fruto da sua localização geográfica e territorial, mas também dificuldades que são resultado do desinvestimento. E muitas vezes do ostracismo a que esta Freguesia tem sido votada.

Da nossa parte, Partido Comunista Português, não deixamos, aproveitando hoje o facto de estarmos aqui, de lembrar tudo aquilo que se fez nesta freguesia, a sua desindustrialização, com a saída daqui da indústria bem como outras situações recentes na sua história que confirmam o voto ao abandono. Cremos que é necessário, num futuro próximo, corrigir esta situação e minorar as dificuldades inerentes à população de S. Jacinto. Da nossa parte não há por enquanto mais nada a dizer. Reiteramos as nossas saudações.”

Líder grupo Municipal (em substituição) BE:⁰¹²

“Antes de mais, boa noite a todos aqueles que decidiram marcar presença neste Salão Paroquial. Em relação à presença, aqui, de residentes de S. Jacinto. S. Jacinto já teve atenção por parte do Bloco de Esquerda na Assembleia Municipal de Aveiro, precisamente porque é uma zona onde todo o défice de serviços públicos é mais sentido. Nós sabemos que a nossa deslocação até S. Jacinto é bastante importante porque nós sabemos qual é a dificuldade da

população de S. Jacinto se deslocar até ao Concelho, até à sede da Autarquia, até à sede da Assembleia, precisamente pela dificuldade de mobilidade que existe.

Nós sabemos, por exemplo, pela hora tardia a que acabam as sessões da Assembleia que era impossível para alguém de S. Jacinto deslocar-se até Aveiro para assistir às sessões daquele órgão e regressar a S. Jacinto, pela incapacidade dos serviços de transportes públicos (falo dos ferrys e das lanchas) responderem a essa necessidade.

E nesse sentido, a grande preocupação que tem de existir para a Freguesia de S. Jacinto é precisamente a questão da mobilidade. Ou seja, nós sabemos que existe uma situação muito grave em S. Jacinto em que não há condições, não existem, até ao momento, condições para criar emprego e para criar soluções que caminhem nesse sentido.

Aliás, temos os Estaleiros Navais que faliram e aquele que poderia ser um grande pólo empregador, e que foi um pólo empregador em S. Jacinto, já não existe e não se vê sinais que esse pólo possa ser recuperado.

No nosso entender, num momento de crise, aquilo que era mais importante era garantir que a população de S. Jacinto tenha acesso a zonas mais centrais e aos serviços que estão localizados no centro de Aveiro. Nesse sentido, achamos que a luta que se deve fazer no Concelho é para melhorar os serviços de transporte, as redes entre S. Jacinto e as freguesias centrais do Concelho de Aveiro.

Também gostava de deixar aqui uma preocupação que é, perante um cenário político de austeridade e onde vai ser reformulado o mapa das freguesias e dos municípios, existe, é um perigo real, eventualmente por questões geográficas, a Freguesia de S. Jacinto poder ser anexada ao Concelho da Murtosa. Isso deve merecer a preocupação da população de S. Jacinto porque, nesse cenário, será que o Concelho de Aveiro que neste momento tem uma ligação a S. Jacinto e que presta estes serviços de transporte, manteria esses serviços de transporte?

Acho que nós devemos olhar para esse cenário de preocupação e devemos lutar para que S. Jacinto se mantenha no Concelho de Aveiro e que continue a beneficiar, ainda que com algumas deficiências, dos serviços que a Autarquia ainda tem e que ainda promove alguma coesão territorial entre S. Jacinto e o resto das freguesias.

E com esse cenário de adversidade eu apelava a que não baixássemos os braços e lutássemos nesse sentido.”

Líder grupo Municipal de CDS-PP:[014](#)

“Muito obrigado Senhor Presidente. Senhor Presidente da Câmara, boa noite a todos. Caros concidadãos e munícipes da Freguesia de São Jacinto, desde já um grande agradecimento à iniciativa que teve a Assembleia Municipal de Aveiro e ao Presidente da Junta de Freguesia de São Jacinto têm de nos trazer cá hoje, desde já o meu grande agradecimento.

Acho que realmente é uma situação que deve ser imitada nas outras freguesias e no concelho de Aveiro, que é uma forma de levarmos a centralidade da cidade para as freguesias. Acho que é uma coisa muito importante e acho que é uma forma de democratizar cada vez mais as autarquias e o poder autárquico. Desde já o meu grande agradecimento a este. Estamos numa freguesia que sempre teve grandes características e grandes tradições na cidade de Aveiro. Uma freguesia que desde a sua base de São Jacinto, começou com a marinha, começou com a aviação, acabou com os pára-quedistas, portanto é uma freguesia que realmente sempre foi um pólo de desenvolvimento do concelho de Aveiro e de todos os munícipes e os cidadãos que aqui moram. Referi-me primeiramente a este ponto, porque considero que está ali um espaço que tem que voltar a ser aproveitado como base aérea, com apoio à aviação civil, com apoio à aviação militar também, enfim, terá realmente que ser aproveitado e daí faço já o meu reparo à Câmara Municipal para cada vez mais se entusiasmar e se intrometer e se impor, para o novo desenvolvimento da base aérea de São Jacinto que era uma das grandes palavras-chaves que eu aqui queria trazer hoje.

Outra situação, realmente vimos que já houve aqui grandes tradições náuticas, grandes condições náuticas, grandes construtores náuticos e navios que daqui saíram. A nossa frota pesqueira, a maior parte dela saiu aqui de São Jacinto. Foi fabricada aqui desde os anos 40 até perto do século passado, e do seu funeral da década de 90. Portanto penso que sim, é uma actividade que temos que desenvolver em todos os países do mundo, em todas as cidades do mundo que têm portos marítimos. O estaleiro naval continua a desenvolver-se. Há trabalhos no Estaleiro. Há construções navais a fazer, desde barcos de pesca, desde barcos de cruzeiro, desde navios de cabotagem, todos os estaleiros navais neste momento têm trabalho. Portanto São Jacinto tem tradições de muitos e muitos anos, tem capacidade e tem homens que ainda estão vivos aqui, que podem realmente recuperar e fazer avançar a construção naval aqui em São Jacinto, temos que os valorizar e temos que realmente também aqui faço um apelo à Câmara e a todas as entidades oficiais e todas as pessoas que estejam dentro desta matéria, que realmente façam um esforço grande, para conseguirmos que aquele espaço podre e velho que está ali, ainda há bocado o visitámos (e mais uma vez o meu agradecimento ao Senhor Presidente da Junta, por nos ter levado a ver as coisas más e as coisas boas desta sua freguesia). Temos ali um espaço que tem que ser recuperado e de ser dinamizado. Portanto eram os dois pontos chaves que eu queria aqui assinalar e queria aqui pedir a todos para que não se esquecessem — São Jacinto tem potencialidades! Pode ser a sessenta ou a setenta quilómetros de Aveiro de automóvel, mas também está a dois, três minutos do ferryboat. Também está a dois, três minutos de lancha. Quer dizer, quando há vontade política e quando queremos penso que isto avança. Portanto vamos todos querer e vamos todos fazer com que São Jacinto seja aquilo que já foi em anos anteriores. Muito obrigado a todos.”

Líder grupo Municipal de PS:[015](#)

“Muito obrigado Senhor Presidente. Muito boa-noite a todos, caros concidadãos de São Jacinto, é para nós naturalmente um prazer poder estar aqui convosco hoje a conversar e a discutir questões que são do nosso concelho, mas especialmente questões que são da vossa freguesia. Não é todos os dias e nem temos esta oportunidade todos os dias e ansiamos naturalmente de ouvir as vossas intervenções sobre os temas que são mais problemáticos, alguns dos quais já temos vindo a discutir em algumas Assembleias Municipais. É evidente e todos nós sabemos que a falta de proximidade geográfica que a freguesia tem com a maioria do concelho, tem trazido problemas graves. Não é uma questão de esquecimento, mas é naturalmente uma realidade que ao longo dos anos tem vindo e basta olhar para aquilo que nós tivemos oportunidade de fazer uma visita com o Senhor Presidente da Junta nos guiou, uma pequena visita hoje previamente a esta Assembleia e de facto dá para perceber um conjunto de questões que provavelmente, se diariamente nós tivéssemos a possibilidade e a capacidade de presenciar, provavelmente eram questões que já estariam resolvidas, porque São Jacinto viveu durante muitos anos um modelo de desenvolvimento muito baseado na construção naval, virado para as pescas também, virado para o mar e esse modelo de desenvolvimento hoje não é possível e nós sabemos-lo. Vivemos hoje e as notícias estão aí para nós constatar, aquilo que se passa por exemplo com os estaleiros hoje em Viana do Castelo e portanto não podemos esconder, que nós temos que encontrar novas soluções em termos de modelo de desenvolvimento económico. E particularmente, porque tem características muito próprias, tem que se encontrar rapidamente uma solução alternativa e é uma solução de encontrar um novo caminho, um novo objectivo, uma nova missão, que provavelmente passa pelo turismo, provavelmente passa pelas questões do lazer, provavelmente passa pelas questões do próprio ambiente, aproveitando as características que tem, ainda há pouco vimos também a praia, a reserva natural e aproveitando por exemplo, um dos investimentos que está a ser feito e foi acarinhado pelo nosso anterior governo e por esta Junta e pela Câmara Municipal naturalmente, que é o Centro de Alto Rendimento do Surf, pode ser o princípio de um conjunto de novas valências, que possam trazer a esta freguesia,

novas oportunidades e novos alentos. E portanto, nós consideramos que é fundamental pensar a freguesia de outra forma, pensar de acordo com as pequenas características que ela tem neste momento. E gostava de vos dizer que contem naturalmente com o Partido Socialista na Assembleia, fora da Assembleia, para que possa contribuir para essa discussão, para a renovação do modelo de desenvolvimento para a freguesia de São Jacinto e dizer também que como há pouco referi no início, que estamos expectantes relativamente às vossas intervenções, para perceber ainda melhor quais são as principais preocupações, para que possamos em conjunto encontrar as melhores soluções. Muito obrigado, boa noite a todos.”

Líder grupo Municipal de PPP/PSD:[016](#)

“Muito obrigado Senhor Presidente. Boa-noite a todos. Gostaria de começar esta minha intervenção saudando a população de São Jacinto pela hospitalidade, por nos estarem a acolher aqui neste salão e estando neste salão, salão paroquial, lembrar o Senhor Padre Filipe, pelo tempo também que passou na paróquia da Glória de onde eu sou oriundo e por isso cumprimentá-lo, a ele, cumprimentar o Senhor Presidente da Junta e também a Senhora Presidente da Assembleia de Freguesia de São Jacinto, cumprimentando assim também todos os presentes.

Agradecia à Presidência da Mesa e também ao Senhor Presidente da Junta, o facto de terem tido esta feliz ideia de realizar esta Assembleia Municipal em São Jacinto e retomando uma prática desta Assembleia, de reunir em diversas freguesias do nosso município, de maneira a que nós possamos ter um contacto muito mais directo com os diferentes municípios, que têm problemas concretos nas diferentes freguesias e assim estarmos mais próximos para também os podermos ouvir. Não quer dizer que São Jacinto, não seja alvo de muitas reflexões no nosso município na Assembleia Municipal, porque o é. Tem-se falado de São Jacinto, mas é um facto que São Jacinto está geograficamente longe da sede do município de Aveiro e todos nós queremos que realmente esteja mais perto. E São Jacinto tem alguns problemas, que passam pelo isolamento e que se agravaram com o encerramento dos estaleiros e também o facto da Base Aérea de São Jacinto não estar neste momento disponível para poder acolher a aviação comercial. Também é um outro problema acrescido, fora todos aqueles problemas que são comuns à nossa sociedade portuguesa nestes tempos que passamos. No entanto há aqui sinais de esperança que eu também gostaria de trazer a esta freguesia. E ainda agora quando fizemos a visita rápida a esta freguesia, o Senhor Presidente da Junta também em conjunto com o Senhor Presidente da Câmara, mas principalmente o Senhor Presidente da Junta que foi nosso anfitrião, nos falou com muito entusiasmo e nos mostrou os locais onde vai ser construído e esperemos que brevemente o novo porto de pesca. Também o porto de apoio a veleiros de médio porte, onde podemos na realidade possam encontrar um local privilegiado, para poderem fazer reparações, para poderem pernoitar, para poderem usufruir daquilo que são os serviços que esta freguesia também pode proporcionar. Também não gostaria de deixar de referir aqui o grande investimento que está a ser feito com o Centro de alto rendimento do Surf. Pensamos que desta forma, realmente a freguesia pode ter um novo impulsionamento a nível económico, uma outra forma de poder ter o seu rendimento, de poder ter empregabilidade e de poder fixar os seus jovens, porque é muito importante que uma freguesia possa ter formas de fixar os seus jovens. Por isso pensamos que o Centro de Alto Rendimento, junto com todo o complexo desportivo que já têm neste momento com as piscinas, com o campo de futebol, com o pavilhão é com certeza uma mais-valia que tem que ser potenciada. Também uma referência à praia, à excelente praia! Hoje quando todos se queixam de falta de areia, não é por falta de areia que realmente São Jacinto tem problemas, antes pelo contrário, por isso temos aqui um local, onde podemos oferecer uma praia de qualidade, a fazer inveja infelizmente a muitas praias deste nosso território de Portugal.

E depois temos o Turismo da natureza, também o privilégio de estarmos aqui juntos à ria, estarmos junto à reserva de São Jacinto e por isso o PSD olha com grande optimismo para o

futuro da freguesia de São Jacinto, passando este mau período que teve que passar. E gostaria aqui também de ser provocador, antes de esperar pelas provocações que nos vão surgir, que de certeza que vão surgir muitas provocações, gostaria também de eu próprio poder já provocar. E gostaria de provocar lembrando, que há alguns anos atrás o PSD lançou um debate aqui em São Jacinto, lembro-me do Prof. Britaldo ter vindo aqui exactamente a este salão, eu estava aqui também presente, onde explicou a possibilidade geológica de se poder construir sem impacto ambiental relevante e já lá passa mais de uma década, de um acesso viário entre Aveiro centro da cidade de Aveiro e São Jacinto.

É um tema que eu acho que estando em São Jacinto, nós devemos voltar a lançar. O facto de a Ria separar neste momento o centro do município e uma freguesia como São Jacinto, deve ser algo que nos deve questionar e nos deve questionar no bom sentido, porque hoje há muito boas soluções que poderão aproximar estes dois pólos e penso que com benefícios para ambas as partes. A Ria deve ser usufruída por todos. São Jacinto deve ser usufruído por todos. Os problemas que havia antigamente os problemas urbanísticos do impacto urbanístico, poderia ser muito mau para São Jacinto se houvesse uma grande afluência de pessoas a São Jacinto, penso que estão afastados hoje com os mecanismos de planeamento e de controlo que há e por isso parece-me que são algumas ideias que estando em São Jacinto gostaria de reflectir e gostaria que todos aqui nesta Assembleia Municipal pudéssemos reflectir, porque nós podemos e devemos aproximar São Jacinto do centro da cidade. Nós podemos e devemos dar qualidade de vida aos munícipes de São Jacinto, estando com isto a dar qualidade de vida a todos os aveirenses. Muito obrigado.”

De seguida, o Presidente da Mesa⁰¹⁷ nos termos regimentais deu início ao Período de Intervenção do Público.

PERÍODO DE INTERVENÇÃO DO PÚBLICO

(As intervenções seguintes, tem como suporte o registo áudio)

Usou da palavra a munícipe Cláudia Raquel Bernardo Santos⁰¹⁸, residente na freguesia da Glória, veio expor um assunto relacionado com alteração ao tarifário da Moveaveiro, relativamente aos transportes fluviais e a discriminação entre residentes e não residentes.

Usou da palavra a munícipe Alda Alexandra Silva Esteves Pinto⁰¹⁹, residente na freguesia de São Jacinto, veio expor assuntos que afligem São Jacinto, nomeadamente IMI e IMT, e os novos tarifários da MoveAveiro.

De seguida, pediram para usar da palavra os seguintes membros:

Membros da Assembleia

Presidente da Mesa⁰²⁰

Vogal Gonçalo Fonseca (PS)⁰²¹

Vogal Raúl Martins (PS)⁰²²

Presidente da Mesa⁰²⁴

Vogal Pedro Pires da Rosa (PS)⁰²⁵

Vogal Manuel António Coimbra (PPD/PSD)⁰²⁶

Presidente da Mesa⁰²⁷

Vogal Gonçalo Fonseca (PS)⁰²⁸

De seguida o Presidente da Mesa concedeu a palavra para esclarecimentos aos seguintes membros.

Da Câmara Municipal

Presidente da Câmara:⁰²⁹

“Muito obrigado Senhor Presidente. Em relação às questões aqui suscitadas pelas duas cidadãs de São Jacinto, dar a seguinte nota. Percebemos perfeitamente as dúvidas e as reservas que aqui foram expressas em relação ao aumento do tarifário da Moveaveiro para os não residentes pela Senhora Dona Cláudia Santos. Mas confrontamo-nos com uma realidade gélida à nossa frente. Há uma empresa municipal que como sabem é o responsável por este transporte que acontece para São Jacinto. E este transporte para São Jacinto dá um prejuízo mensal de cinquenta mil euros que serão suportados pela empresa. Isso é um alívio porque a empresa é que suporta. O problema é que quem suporta a empresa somos todos nós! Todos os cidadãos, que todos os meses dos nossos impostos temos que transferir dinheiro para essa empresa. Perante isto tínhamos uma de duas opções, mãos nos bolsos, assobiávamos para o ar e estava tudo bem ou tínhamos que procurar tomar medidas para reduzir custos.

A redução dos custos é nesta empresa e neste tipo de transporte específico difícil, porquê? Porque 70% dos custos que temos neste transporte tem a ver com o pessoal — a margem de redução é mínima. Mesmo assim já procedemos a algumas alterações para tentar reduzir custos. A outra parte em que procurámos minorar foi no aumento de receitas. E no aumento de receitas, para nós é intocável o custo social que o município, que todos nós, que os aveirenses todos têm que suportar com este transporte. Mas o custo social para quem reside ou para quem tem interesses directos em São Jacinto e não para aqueles que passando por aqui, vindo de qualquer parte do mundo, passem de ferry e está o município, estamos nós, a participar com uma parte na passagem nos custos desse bilhete. E daí que tenhamos avançado com o estudo e em função desse estudo, tenhamos decidido manter, como pensamos que é nosso dever, uma parte do contributo do município para o custo social para os residentes e para quem tem interesse em São Jacinto e aproximar o custo para não residentes, daquele que é o custo real que tem e que todos nós temos que suportar. Estamos convencidos que tomámos a decisão que seria a mais ajustada. Como em tudo na vida, o tempo depois vai-se encarregar de demonstrar se foi ou não foi uma boa decisão essa que nós tomámos.

Quanto à segunda questão, à segunda cidadã a Alda, eu percebi mal certamente por defeito meu, percebi mal por questões de audição, percebi mal diversos assuntos que colocou e também porque colocou muitos assuntos de seguida! Dar só uma nota a ver se consigo tocar nalgum que tenha suscitado. Quando tivemos diversos contactos com São Jacinto, com os cidadãos, havia quatro questões essenciais mais centrais, que nos eram colocadas pelas pessoas de São Jacinto. Na altura era o funcionamento do ferry, era a bandeira azul, era a redução do IMI, que penso que foi aqui colocada pela Alda e era o Porto de abrigo de pesca em São Jacinto. Estes eram os 4 assuntos mais centrais, que mais preocupavam as pessoas. Como sabem destes quatro o ferry está a funcionar. A bandeira azul já está penso que pelo 5.º ano ou 6.º ano também içada e a funcionar. E houve uma deliberação do executivo e desta Assembleia Municipal, em que o IMI de São Jacinto foi reduzido de forma significativa. Como sabem, São Jacinto estava, os cidadãos pagavam o IMI pelo valor máximo, e em 2009 houve uma redução significativa. Ficou por resolver, ainda está por resolver desses 4 o Porto de abrigo que como está na Comunicação e como certamente iremos falar hoje no decorrer da Assembleia, irá merecer uma especial atenção, porque é um processo que está já a conhecer a sua fase final em termos de poder vir a ser concretizada.

Há outras questões naturalmente que nos preocupam, que certamente a Alda terá colocado aqui assim. A marginal de São Jacinto é um processo também que no âmbito da Pólis litoral, está a avançar e vai-se concretizar. O Centro de Alto Rendimento já aqui foi falado. A compra

do segundo ferry, com o objectivo e exactamente dar resposta a essas dificuldades que aconteciam — sempre que este ferry avariava, sempre que havia necessidade de revisões, deixava de funcionar o ferry e a compra de um segundo, o objectivo é exactamente isso, criar uma alternativa para que esteja permanentemente um ferry sempre a funcionar sem aqueles problemas. E também diversas candidaturas que temos de outros projectos para São Jacinto. Está tudo? Claro que não! Há muitos mais sonhos.

Já aqui foram colocados alguns problemas, certamente outros vão ser colocados como o Parque de Campismo e a questão do Hotel, a Fundação Carlos Roeder, o Aeródromo, os estaleiros, as escolas, os transportes, a valorização das reservas das dunas de São Jacinto, são tudo problemas que a todos nós nos preocupam, que estão nas nossas agendas e que naturalmente todos nós iremos fazer o possível para minorar ou resolver. Muito obrigado.”

Membros da Assembleia

Presidente da Mesa⁰³⁰

Vogal Filipe Guerra (PCP)⁰³¹

Vogal João Pedro Dias (BE)⁰³²

Vogal Paulo Marques (CDS)⁰³³

Vogal Marques Pereira (PS)⁰³⁴

Presidente da Mesa⁰³⁵

Vogal Manuel Prior (PPD/PSD)⁰³⁶

Vogal Paulo Anes (PPD/PSD)⁰³⁷

Vogal Ernesto Carlos Barros (CDS)⁰³⁸

Vogal Raúl Martins (PS)⁰³⁹

Vogal Manuel António Coimbra (PPD/PSD)⁰⁴⁰

PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA

Inscreveram-se para intervir e usaram da palavra neste ponto os seguintes vogais:⁰⁴¹

(As intervenções seguintes, tem como suporte o registo áudio)

Membros da Assembleia

Vogal Filipe Guerra (PCP) - Nos termos do n.º 2 do artigo 43.º do Regimento, requereu a sua transcrição em acta:⁰⁴²

“Exmo. Senhor Presidente, Senhores Deputados, foi ontem entregue o programa do XIX Governo Constitucional. O Programa apresentado pelo Governo PSD/CDS representa a manutenção do rumo político, económico e social, aprofundando medidas já anteriormente traçadas pelos governos destes mesmos partidos e pelos governos do PS.

O Programa confirma a submissão do novo Governo ao memorando assinado com a troika, por PSD, PS e CDS. Situação que se agrava pela intenção do novo executivo em levar por diante outras e mais nefastas medidas que não foram nem são parte do memorando e que não foram alvo de conhecimento ou escrutínio popular no recente momento eleitoral. O que apenas confirma o engano a que foi levado o eleitorado.

O Programa de Governo insiste na continuidade da linha de privatizações de sectores estratégicos da economia nacional (como a TAP ou a RTP), de empresas lucrativas para o Estado e de relevante interesse económico e social (como a EDP, a REN, a Águas de Portugal, as participações da Caixa noutras empresas, as linhas suburbanas e de transporte de mercadorias da CP, a Metro, a Carris e os STCP), prevê ainda a entrega à gestão privada de serviços hospitalares públicos. Estas inaceitáveis medidas privatizadoras representam a

destruição do núcleo empresarial do Estado e a entrega a uns poucos de empresas e lucros construídos colectivamente e que são indispensáveis ao país no seu presente e futuro.

Na área da fiscalidade a linha seguida pelo Governo anterior continua. Ou seja, mais aumentos de impostos sobre o consumo e sobre o trabalho, como nos anunciados aumentos do IVA, mesmo nas suas taxas especiais, e ainda do IRC. Mais aumentos também no IMI e no IMT, tudo aumentos acompanhados de cortes nas deduções e benefícios fiscais e, mesmo no Serviço Nacional de Saúde são anunciados aumentos de tarifas e a inflação no preço dos remédios.

O novo elenco governativo, recorrendo aos mais estafados chavões neo-liberais construídos a partir da mistificação de conceitos, aperta um cerco que vem sendo construído em torno dos trabalhadores portugueses, instrumentalizando este Programa para conseguir a facilitação e desresponsabilização patronal pelo despedimento, o recurso indiscriminado ao trabalho temporário, a introdução de novos mecanismos de flexibilidade e polivalência, a possibilidade de não remuneração aos trabalhadores pelas horas extra em substituição por dias de descanso entregues à discricionariedade patronal. Assim, na área laboral a exploração capitalista acentuar-se-á, sendo consequência lógica destas medidas o aumento do desemprego, a degradação das relações laborais e um aumento da pressão sobre os salários dos trabalhadores conduzindo ao seu decréscimo.

Ainda há outras áreas em que o interesse e o progresso nacionais sairão fortemente prejudicados. Por exemplo, no caso da área da Investigação, da Ciência e da Tecnologia o rumo traçado para o investimento vai ao encontro dos áreas e dos interesses dos grandes grupos económicos, ganhando terreno face à globalidade, aquelas áreas cujo investimento possa ter uma repercussão financeira maior, reduzindo-se assim a investigação, o progresso e a ciência a lógicas meramente oportunistas e mercantis. No mesmo sentido, também por exemplo, na área da Cultura (que de um Ministério próprio se vê reduzida organicamente a Secretaria de Estado), são esperados cortes na gratuitidade de vários museus, o bloqueio à construção de novos museus já previstos, ou a atribuição de apoios (como no caso do cinema) consoante as receitas de bilheteira pretéritas.

Simultaneamente, o Programa de Governo não apresenta um sacrifício, uma dificuldade, um grão de areia que seja aos grandes grupos económicos nacionais ou transnacionais que actuam em Portugal. Estes são os intocáveis. E com toda a certeza serão os grandes beneficiados e vencedores com este Programa.

Confirma-se assim que este Programa não está ao serviço do país, mas sim ao serviço da grande burguesia nacional e estrangeira, transformando a própria crise capitalista num instrumento de ataque e de agressão aos trabalhadores e ao povo.

Este Programa a ser levado a cabo é a repetição da receita que conduziu ao desastre grego, colocado em prática será a submissão do interesse nacional à ingerência estrangeira da troika, da EU e do FMI, significará a destruição do Estado na suas diversas componentes económicas, sociais e culturais, será fundada razão do empobrecimento das classes trabalhadoras e populares, representa o agravamento das injustiças e desigualdades e bloqueará o progresso económico e o desenvolvimento científico do país. Este Programa compromete o presente e o próprio futuro do país e do povo português e conduzirá ao desastre nacional.

Estas são as políticas de PSD, PS e CDS. Estas são políticas de traição nacional que responsabilizam tanto aqueles que as propõem e executam como aqueles que lhes abriam caminho.”

Vogal Virgínia Matos (BE)[044](#)

Vogal Marques Pereira (PS) - Nos termos do n.º 2 do artigo 43.º do Regimento, requereu a sua transcrição em acta:[046](#)

“Agradeço os encómios agradáveis e simpáticos de Vossa Excelência, obrigado. Bom, muito rapidamente gostaria de dizer o seguinte, o Período de Antes da Ordem do Dia, este é um tempo que vou usar, não para falar da questão nacional ou da questão de âmbito municipal mais alargado, mas justifica-se falar sobre São Jacinto e é por isso também que aqui estamos hoje. Já aqui foram trazidas algumas preocupações por parte dos autarcas da Assembleia de Freguesia e da Junta de Freguesia e não é demais sublinhar que esses problemas continuam a persistir e a agravar-se ano após ano! Mas só que existe uma questão paradoxal, que envolve toda esta resolução destes problemas. É que o próprio executivo municipal, como aqui hoje ficou bem patente, não se entende em relação à resolução desses próprios problemas. Se por um lado parte da Comunicação é contra as privatizações, por outro lado existem perigosos liberais no seio do executivo, que pretendem alienar todos os serviços públicos, que são detidos pelo município. E esta agenda antagónica que o executivo nos quer oferecer, não corresponde aos anseios das populações, nem sequer à resolução desses problemas. Caso para dizer, entendem-se em favor da população (neste caso) de São Jacinto. E de uma vez por todas gostaria de sublinhar e apelar ao Senhor Presidente da Câmara, que defina e que assuma hoje e aqui qual é a solução que quer dar à Moveaveiro? O Senhor Presidente diz que vai comprar um novo ferry, diz que o actual ferry dá um prejuízo de cinquenta mil euros. Diz que as lanchas que temos que não servem. Parte do executivo diz que as lanchas têm que ir ao centro de Aveiro buscar pessoas, o que a outra parte do executivo afiança que é incapaz de o fazer do ponto de vista da sustentabilidade financeira e de uma vez por todas digam e falem a uma só voz, para que vos possamos entender! E para que as pessoas possam entender a opção que vossas excelências preconizam. Entendam-se Senhor Presidente! Entendam-se! Por outro lado gostaria de deixar aqui uma série de preocupações, que ficaram patentes já há alguns anos, no início do mandato de vossa excelência, aqui em São Jacinto. Na altura já se falava da resolução do problema do hotel, a resolução do problema do designado Bar do Francês, da questão do porto de abrigo com múltiplos avanços e recuos. A questão sempre, a questão das pavimentações e aqui já não se fazem há mais de cinco anos. Reduziu-se de facto o IMI, mas as pessoas daqui afiançam que isso não chega e que o esforço que aqui foi feito, pelos vistos é insuficiente e há uma outra questão que se levanta, esperariam provavelmente as pessoas de São Jacinto, que com o executivo local da freguesia, que da mesma cor política aqui o executivo do município, as coisas pudessem melhorar, mas vamos a caminho de dois anos de mandato e as coisas não melhoram. As coisas não estão iguais, as coisas estão piores, sobretudo no que respeita à questão da mobilidade, sobretudo no que respeita à questão de sobrecarregar não só os munícipes, mas como a economia local, já de si frágil. E este executivo municipal, vai ficar conhecido na história, como o executivo que começou a decapitar a frágil economia local de São Jacinto, onerando desmesuradamente quem aqui quer vir e quem aqui não mora! E isso do ponto de vista da economia local, do ponto de vista da própria sustentabilidade do transporte, não faz qualquer sentido. Senhor Presidente da Câmara, gostaria de apelar a vossa excelência que hoje se pudesse comprometer com esta Assembleia e com os cidadãos de São Jacinto, dizendo claramente o que quer fazer da Moveaveiro, e como quer resolver o problema deste serviço deficitário e assumir se quer ou não privatizá-lo, ou concessioná-lo ou se vai assumir de uma vez por todas, um serviço público de qualidade que dignifique todos os concidadãos, que o queiram utilizar e todas as pessoas que o possam usar para poder aqui vir. Disse.”

Vogal Paulo Anes (PPD/PSD)[048](#)

Vogal Maria Inês Abreu (CDS)[049](#)

Vogal Ana Maria Seiça Neves (PS) - Nos termos do n.º 2 do artigo 43.º do Regimento, requereu a sua transcrição em acta:[050](#)

“Boa noite Senhor Presidente, Senhores Deputados, Senhor Presidente da Câmara, Senhores Vereadores e público em geral. Hoje venho falar-lhes na minha qualidade de Deputada Municipal, a que tenho que acrescer a minha qualidade da Presidente da Delegação de Aveiro da Ordem dos Advogados e também como representante da Ordem dos Advogados na Comissão Permanente e Restrita da Comarca do Baixo Vouga.

Hoje venho dar-vos conta de um problema que reputo de grande importância para a cidade de Aveiro e seus municípios. Não venho falar de obras, de parques, problemas estruturais e tão pouco de problemas financeiros. Ou talvez seja decorrente desses mesmos problemas, todos, que vos passo a expor a minha grande preocupação. Venho falar-vos do Juízo de Trabalho de Aveiro. Este Juízo ou Tribunal, que para alguns é melhor para conseguirem identificar, encontra-se há longos anos, direi mesmo décadas, situado num andar da Avenida Dr. Lourenço Peixinho. E era neste edifício, que era destinado a escritórios e que não tinha já naquela altura as condições necessárias, para que se pudesse instalar ali um Tribunal. Mas dizia eu que apesar de falar em décadas, que aquele Tribunal se encontra instalado na Avenida Dr. Lourenço Peixinho, mas para quem não sabe é necessário que se diga, que o direito do trabalho só há relativamente pouco tempo se tornou autónomo, mais propriamente depois do 25 de Abril. Deixando de lado a parte histórica que para o caso não tem grande importância nem interesse, passemos então ao problema; como já referi este Juízo encontra-se num andar que há muito necessita ser transferido para outro local com melhores condições, não só por causa de ser um edifício que era para ser instalado apenas escritórios e não para ser instalado um Tribunal. O nosso Juízo com a entrada em vigor da Comarca do Baixo Vouga, tem competência territorial para os seguintes municípios; Aveiro, Albergaria, Estarreja, Ílhavo, Murtoza, Ovar, Sever do Vouga e Vagos. Abrange pois uma área territorial bastante grande. Mas as instalações deste Juízo num prédio que não era destinado ao Tribunal, não tem condições para o bom desempenho da sua função e passo a explicar: temos dois Juízes instalados num único gabinete. Existem duas secções, uma para cada Juízo para os respectivos processos. O Secretário da Justiça está instalado num gabinete interior, sem qualquer tipo de iluminação! Há apenas uma sala de audiências, o que tem como consequência, que se estiver a fazer um julgamento, outro não possa ser feito, no entanto faz-se e faz-se apenas porque há muito boa vontade de todas as pessoas e realizam-se os julgamentos no gabinete do Juiz. Eu pergunto se isto terá dignidade? A resposta terá que ser obviamente não. Não sala de testemunhas, com tudo o que também implica, quer dizer as pessoas/testemunhas estão no átrio, juntamente com as partes e com os sinistrados, quando não ficam em corredores mal iluminados interiores, com grande incomodidade e desconforto. E por falar em sinistrados, os exames médicos são realizados num pequeno gabinete, que mal chega para todos os intervenientes. E quando o sinistrado vem de maca? Não pode subir! Não há espaço. Então encontram-se alguns mecanismos bastante estranhos que é o de pôr a maca completamente em pé, para poder então transitar. Tudo isto se deve a que o acesso ao Tribunal é feito por umas escadas de reduzidas dimensões, estreitas, mal iluminadas, apesar de haver um elevador que também tem uma dimensão muito reduzida. Eu penso que isto tem interesse, para quem tem interesse, nomeadamente penso que terá interesse para a cidade de Aveiro. Não existe também uma sala de advogados, por isso quando se pretende fazer um acordo, vêm para as escadas do hall de reduzidas dimensões que fica à saída do elevador, ou então para sítios que não têm qualquer utilidade e não há qualquer possibilidade de haver um grande diálogo. Apesar de todas estas dificuldades, o Tribunal que agora é o Juízo tem o serviço em dia graças à boa vontade e à abnegação dos Senhores Magistrados e funcionários. Esta é a situação do Juízo de Trabalho de Aveiro, como digo carece de estruturas físicas, para que a sua função seja desempenhada com o mínimo de dignidade. E chegámos ao cerne do problema. A instalação da Comarca do Baixo Vouga obrigou a obras nos diversos Tribunais.

Alguns estão a ser subaproveitados, daí que já se comece a vir falar que o Tribunal de Trabalho possa ser transferido para outro local, fora de Aveiro, situação que repudiamos veementemente. Se tal acontecesse seria uma perda para Aveiro e sobretudo para os munícipes. Não podemos deixar sequer que essa hipotética transferência não passe disso mesmo, de uma mera hipótese. É verdade, quando o Campus da Justiça for uma realidade, o Juízo de Trabalho tem instalações programadas, como é que isso acontecerá? Não vislumbramos que seja nos tempos mais próximos, pelas razões de todos conhecidas. Daí que eu venha apelar ao Senhor Presidente da Assembleia Municipal, a todos os Senhores Deputados, a todos os Senhores Presidentes de Junta, a todos os Senhores Vereadores, e “last, but not the least”, ao Senhor Presidente da Câmara, o único que tem conhecimento deste assunto, por lho ter comunicado pessoalmente e que logo ali fizemos um acordo de solidariedade, um acordo de cavalheiros, um protocolo mas com vontade de ser cumprido, para que consigamos arranjar um edifício, onde se possa instalar o Tribunal de Aveiro com melhores condições físicas, pois as pessoais já existem. Só todos juntos, congregamos esforços, seremos capazes de evitar que outros oportunistamente o transfiram de Aveiro, o que causaria enormes prejuízos aos aveirenses. É este o apelo que aqui faço, certa de que esta Assembleia, sensível a este problema que tantas consequências acarretará para os aveirenses e demais utentes dos municípios, de que o actual Juízo de Trabalho engloba. Penso que chegou a altura de darmos as mãos para resolvermos mais um problema que a nossa cidade tem. Acho que nenhum de nós que está aqui vai dizer que não e será realmente a partir daqui podemos desenvolver um trabalho que traga realmente os resultados esperados.

Sabemos que a estação dos correios vão fechar algumas, nomeadamente a da Vera Cruz, a da loja do cidadão. A da Vera Cruz tem uma utilidade muito grande. E fica aqui o meu apelo a todos os aveirenses, a todos os Presidentes da Assembleia, Presidentes da Câmara, Vereadores e demais deputados, espero que desta vez todos estejamos unidos para resolver o problema do Tribunal de Trabalho.”

Vogal Manuel Prior (PPD/PSD)[052](#)

Vogal Pedro Pires da Rosa (PS)[053](#)

Vogal Rui Vaz (PPD/PSD)[054](#)

Vogal Pedro Pires da Rosa (PS)[055](#)

Vogal Carlos Valente (PPD/PSD)[056](#)

Vogal Raúl Martins (PS) - Nos termos do n.º 2 do artigo 43.º do Regimento, requereu a sua transcrição em acta:[057](#)

“Senhor Presidente em primeiro lugar, queria deixar um olhar preocupado sobre aquilo que se passa na Grécia, constatando que a construção europeia e o euro têm estado por um fio. Com os países periféricos a suportarem a exploração desenfreada da especulação financeira dos países centrais e das agências de notação financeira.

No entanto uma nota para dizer que as consequências da saída do euro ou do fim da Europa, podem ser mais terríveis. De maneira que devemos estar todos conscientes do que se está a passar, mas agir em conformidade porque obviamente no meu entender interessa que a construção europeia se mantenha.

Uma nota rápida para falar sobre algumas coisas que o Senhor Presidente da Câmara aqui nos falou, disse que o Porto de Abrigo está a avançar, que a marginal de São Jacinto está a avançar. A pergunta que eu faço é: mas está a avançar para onde? Está a avançar para onde? E está a avançar o quê? O que eu vejo é que aqui bem perto, ali na marginal da Costa Nova, a Biarritz vai ser inaugurada esta semana. O que eu vejo é que lá também havia dificuldades financeiras. Lá também havia os problemas que aqui havia! Mas o Presidente de lá soube arranjar soluções e soube arranjar maneiras de financiar a obra. Então e aqui? E já que são dos mesmos partidos ao menos conversem uns com os outros, pode ser que recebam algumas explicações, para que possam fazer as coisas da mesma maneira. Ponham os olhos naquilo

que está lá feito! Ponham os olhos! E Senhor Presidente e seu executivo, envergonhem-se, porque volta e meia a vergonha, uma pessoa envergonhar-se faz muito bem para o futuro. Aquisição do ferry. Sim Senhor aquisição do Ferry, mas qual é a situação? Está tudo no segredo? Então não houve um concurso internacional, um concurso público internacional para a aquisição do ferry? Então os dados não podem sair cá para fora? Quando é que está o ferry a funcionar? Em Agosto, em Setembro? Em Outubro, Novembro? Estará a funcionar este ano? Não estará? E quanto é que custou? Já agora, uma vez que foi aqui falado que herdaram este ferryboat que aqui está, do mandato anterior custou e nessa altura sabia-se quanto é que tinha custado, será que o preço deste é parecido com o outro? Os barcos são mais ou menos a mesma coisa e este é um bocado mais velho, mas é mais ou menos a mesma coisa. Mas será que o preço é semelhante? É isso que os munícipes gostariam de saber, porque é uma situação muito importante. E mais, outra coisa os ferrys não podem trabalhar de noite, não podem trabalhar todos os dias por um simples milagre do espírito santo, é preciso apetrechá-los tecnicamente e humanamente. Para quando esse apetrechamento? Para quando o fim de chegar a uma determinada hora ou chegar a determinados dias do ano e os ferrys não funcionarem. Eram essas perguntas Senhor Presidente, que eu gostava que me respondesse. Muito obrigado.”

Vogal João Pedro Dias (BE) - Nos termos do n.º 2 do artigo 43.º do Regimento, requereu a sua transcrição em acta:[058](#)

“Eu começaria por analisar a situação política nacional. Como sabem temos uma nova maioria na Assembleia da Republica, uma maioria de direita e temos um cenário político único. Nunca vi este cenário de maioria, uma presidência, uma maioria na Assembleia da República e até uma maioria no concelho de Aveiro. Portanto o cenário que nós temos aqui em Aveiro é bastante similar àquele que temos a nível nacional. E portanto com este cenário, é preciso dizer que não há desculpa, para daqui a 4 anos dizerem qualquer coisa do tipo – “não fizemos nada porque a oposição não deixou.” Estão criadas todas as condições políticas para a governação. Aliás o PS também sabe disso, porque teve uma maioria absoluta e perdeu-a por culpa própria! É curioso ver que logo no início deste mandato e depois as palavras do Presidente da Republica que dizia, que Portugal se devia virar para o mar, esta legislatura começa precisamente com Portugal virada para o continente e com o cenário dos estaleiros navais e os despedimentos que estão em curso. Portanto é muito engraçado ver na prática como os discursos de cerimónia e os discursos de boas intenções, na prática não têm a mínima correspondência. E este Governo iniciou a legislatura prometendo um programa que eu diria que é quase um programa em regime ou seja vai-se privatizar tudo o que é do estado e vai-se privatizar inclusivamente aquilo que é do Estado e que é rentável, entre os quais os Aeroportos da ANA que dão dividendos para o Estado e os transportes urbanos da CP, os mais rentáveis Lisboa e Porto. Obviamente o Estado não privatizou por exemplo a linha de Águeda ou as linhas menos rentáveis, que fazem as ligações ao Alentejo e portanto na realidade estamos a vender tudo o que dá receita ao Estado por míseros trocos. É também curioso verificar no programa de Governo e depois haver declarações públicas por parte do próprio Pedro Passos Coelho, que era preciso reavaliar as parcerias públicas ou privadas, que o programa do Governo faça simplesmente uma menção, invocando a necessidade de reavaliar. Bem, mas se há uma necessidade de reavaliar, há outras parcerias que nós já sabemos qual é o resultado, nomeadamente aquelas que resultam das SCUTs. O Tribunal de Contas referiu e passo a citar que houve um agravamento em dez mil milhões de euros de prejuízo para o Estado. Não é preciso estudar esta parceria pública ou privada, ela é completamente ruinosa para o Estado, para a economia portuguesa e para os contribuintes portugueses. E aquilo que é preciso dizer, é que apesar de se dizer que as portagens tinham como princípio utilizador/pagador, na realidade os contribuintes vão continuar a pagar a factura das SCUTs e ainda por cima agravando o défice do Estado. Uma última palavra só para referir a questão da privatização

das águas de Portugal. Como todos sabem neste momento as águas no concelho de Aveiro são geridas por uma parceria intermunicipal, em que o principal accionista é a EDP. Aquilo que está em jogo e que eu relembro aqui ao executivo é saber se perante esta privatização, vão assumir a responsabilidade política e vão arruar a palavra quando diziam nomeadamente que iam garantir durante 50 anos a gestão pública das águas e que assim que se der a parceria das águas de Portugal vão abandonar essa parceria ruinosa. Esta parceria que aumentou os preços para os aveirenses, obviamente que é preciso ser abandonada e nesse sentido só mais uma pequena referência, é saber que em resultado desta parceria São Jacinto e o concelho de Aveiro, acaba por pagar preços mais elevados, mas pior do que isso, paga taxas que não dependem do uso ou seja, nós neste momento sabemos se os aveirenses consumirem menos água pagam mais do que no passado, porque esta nova parceria aumentou as taxas fixas pagas no tarifário e nesse sentido acho que esta parceria por este e por outros motivos deve ser abandonada e acho que cabe ao município honrar a sua palavra e garantir que quando se der a privatização das águas de Portugal, essa parceria até agora vai ser abandonada.”

Vogal Ernesto Carlos Barros (CDS) - Nos termos do n.º 2 do artigo 43.º do Regimento, requereu a sua transcrição em acta:[059](#)

“Muito obrigado Senhor Presidente. Quero aqui reforçar o conteúdo da nossa proposta sobre as SCUTs, porque é realmente a altura correcta e acertada de avançarmos com a situação e penso que esta Assembleia está de certa forma de acordo e acha por bem, que realmente iremos até à Assembleia da República, até às ultimas instâncias, para realmente demover toda esta situação que foi criada no concelho de Aveiro e ao nosso redor, que é realmente uma cintura que nos prende e que além de impedir que os turistas nos acompanhem, além de nos impedir que visitantes venham à nossa região, porque já está isso a acontecer, temos realmente que a combater e que elevá-la a bom termo.

Em relação a esta situação (mais uma vez agradeço, o público esteja aqui até à ultima hora, acho muito bem, assim é que deve ser. Assim é que eles aprendem o que é democracia e o que é os problemas autárquicos. E gostaria de saber realmente como é que está a situação do famoso Hotel em São Jacinto, porque realmente foi aqui hoje falado e penso que neste momento, como disse há bocado na minha intervenção, o único desenvolvimento que a gente tem neste momento é o turismo, e do turismo é desde os restaurantes à hotelaria e à hospedagem das pessoas, à tentativa de cativar os turistas e os visitantes a ficarem cá e realmente São Jacinto não tem equipamento hoteleiro. Penso que está na altura de também fazer valorizar e fazer reaviver e reactivar essa situação e a criação realmente desse hotel que já foi um grande pensamento e uma forma de desenvolvimento e de publicidade de São Jacinto. Mais nada tenho a dizer. Muito obrigado.”

Vogal Gonçalo Fonseca (PS) - Nos termos do n.º 2 do artigo 43.º do Regimento, requereu a sua transcrição em acta:[060](#)

“Muito obrigado Senhor Presidente. Mais uma vez boa noite. Nós gostávamos de falar sobre um assunto que nos causou e causa alguma indignação e perplexidade, que tem a ver com o relacionamento que esta Câmara Municipal optou por ter a partir de agora com as Juntas de Freguesia e conseqüentemente os seus munícipes e isto diz respeito directamente às pessoas de São Jacinto. Por razões particulares, nomeadamente pelo afastamento geográfico já vários deputados municipais falaram e que é evidente que as pessoas que mais longe estão dos centros de decisão e neste caso da sede de concelho, olham para o seu Presidente de Junta como o principal interlocutor e o interlocutor privilegiado, na esperança naturalmente que ele no âmbito das suas competências possa resolver alguns problemas e quando extravasa as suas competências, tem naturalmente os vereadores e o Senhor Presidente da Câmara, para poder resolver, ajudar a resolver, denunciar, seja o que for. A questão é que o Senhor Presidente da Junta tem de ter com quem falar na Câmara Municipal e esse de facto é que é neste momento o

grande problema e o grande problema porquê? Porque recordando os senhores deputados e os senhores munícipes, estes senhores executivo camarário, estão nesta função não há um ano nem há dois nem há três, estão há seis anos! E seis anos depois da sua eleição decidiram criar uma coisa que se chama Gabinete de Apoio às Freguesias, seis anos depois! Gabinete de Apoio às Freguesias, que supostamente eram algo que já devia funcionar na Câmara Municipal, que neste momento não tem nenhuma formalização nem no executivo da Câmara nem na Assembleia Municipal e portanto ao que se sabe foi tratado no âmbito de um jantar entre o executivo ou algumas pessoas do executivo e os Senhores Presidentes de Junta ou alguns Presidentes de Junta e em que com grande surpresa foi dito que este Gabinete de Apoio ao executivo, passaria a ter uma composição, que colocaria 13 dos 14 Presidentes de Junta numa posição de absoluta subalternidade, porque os Presidentes de Junta passavam a ser representados por um (entre eles) dos 14 Presidentes de Junta ou seja, o Presidente de Junta de determinada Freguesia neste momento já não tem um canal aberto na Câmara Municipal, porque passa a ter entre ele e o executivo Municipal entre eles e os técnicos, uma outra pessoa por acaso Presidente de Junta e que por acaso não foi eleito entre os seus pares para os representar. E esta decisão de dentro de um Gabinete de Apoio ao executivo, colocar um Presidente sem ser eleito por eles próprios a decidir, a representar, a tomar decisões, digamos a assumir alguma discricionariedade por todos os outros Presidentes, coloca obviamente problemas muito complicados, para além da (e nós colocamos aqui não uma afirmação mas uma dúvida) ilegalidade desta situação e eu invectivava directamente o Senhor Presidente da Junta de Freguesia de São Jacinto, pessoa por quem tenho muita estima pessoal, mas que estou a invectivar na qualidade de Presidente da Junta e perguntar-lhe se sente e se os seus concidadãos de São Jacinto se sentem, que a partir daqui, já sendo difícil que o Senhor Presidente de Junta passe muita informação, já é difícil hoje em dia o Senhor Presidente encontrar boas soluções dentro do executivo da Câmara, se acha que é uma boa solução a partir daqui, deixar de poder falar directamente com o executivo da Câmara e passar a ter entre si e o executivo, um Presidente de Junta, não escolhido por si, mas imposto pelo executivo camarário? Muito obrigado.”

Vogal Victor Martins (PPD/PSD) – Nos termos do artigo 34.º do Regimento:[061](#)

“Muito boa noite Senhor Presidente, Senhora Câmara, caros colegas. O que foi dito aqui não é verdade. Eu sou Presidente da Junta, continuarei a zelar pelo interesse da minha freguesia e contrariamente também ao que foi dito, aquilo que o Dr. Gonçalo Fonseca disse, que foi num jantar. Nós Presidentes de Junta estivemos reunidos na Freguesia de São Bernardo, onde os trabalhos derivado portanto a um jantar que estava marcado depois da Ordem dos Trabalhos, em que era necessário acelerar os trabalhos, foram dois Pontos colocados nesse jantar, um deles foi a constituição do gabinete das freguesias. Eu não ouvi, não sei se os meus colegas ouviram, que nos tivessem dito que agora os Presidentes de Junta não têm voz para levar os problemas das suas populações até à vereação ou até ao Senhor Presidente! Pelo contrário, o que foi dito foi que esse gabinete a ser criado, iria apoiar por exemplo a feitura das delegações de competências, no apoio jurídico às freguesias, que nesse gabinete também iria funcionar um gabinete de apoio jurídico às freguesias e foi escolhido uma pessoa, fui eu que fui escolhido. E portanto, estou aqui a dar a cara. Portanto fui eu que fui escolhido e foi colocado aos todos Presidentes de Juntas onde estavam todos menos duas pessoas, Oliveirinha e Esgueira não estava presente, todos os outros não levantaram questão nenhuma. E lamento que o assunto seja das Juntas de Freguesia e que estejam aqui a pôr Juntas contra Juntas e não foi essa a atitude, mas sim no fundo reforçar o poder das freguesias e não tirar-lhes o poder!”

Vogal Manuel Prior (PPD/PSD)[062](#)

Vogal Gonçalo Fonseca (PS)[063](#)

Vogal Manuel António Coimbra (PPD/PSD) - Nos termos do n.º 2 do artigo 43.º do Regimento, requereu a sua transcrição em acta:[064](#)

“Muito obrigado Senhor Presidente. Bom, eu gostaria de começar esta minha intervenção no Período de Antes da Ordem do Dia, da mesma maneira que há bocado tive que vir aqui intervir para referir as oportunidades e as prioridades do partido socialista. Se se lembram, há bocado, obrigou esta Assembleia a alterar aquilo que é a sua metodologia normal, porque era importantíssimo discutirmos os problemas de São Jacinto! Pois exactamente a mesma pessoa, o mesmo líder do partido socialista, levanta meia hora antes de saber que vai terminar a Assembleia Municipal, em três minutos que nós temos para poder responder, levanta um assunto que nem sequer é um assunto do Período de Antes da Ordem do Dia, porque como todos nós sabemos é um Período que entra no Ponto 1 da Ordem de Trabalhos ou seja, não nos dá sequer tempo para nós podermos debater um assunto, que eu acho que é importante, apesar da maneira como o líder do partido socialista aqui levanta este assunto, querer passar uma mensagem que na realidade não corresponde a nada, nem de grave, nem de suspeição, nem de honorabilidade das pessoas, da maneira como está a ser colocada aqui nesta Assembleia, porque por aquilo que ainda agora me informaram, (eu também não fazia a mínima ideia deste assunto) aquilo que se passou, foi simplesmente a Câmara responder a uma solicitação dos próprios Presidentes de Junta, que acharam que funcionava muito melhor em sistema de auto-ajuda entre si, em termos mais cooperativos, do que funcionariam quando cada um é o interlocutor isolado junto de qualquer vereador ou qualquer serviço da Câmara. E por isso parece-me que esta posição dos Presidentes de Junta de elegerem uma pessoa, ainda por cima uma pessoa com a experiência autárquica, só é de louvar, mas este é um assunto que com certeza, que nós no próximo Ponto da Ordem de Trabalhos podemos discutir com muito mais pormenor, porque o assunto que eu gostaria aqui também de trazer diz respeito realmente àquilo, que nós sabemos e temos definido como sendo as auto-estradas sem custos para os utilizadores, assim chamadas em determinada altura e eu lembrava que o pai desta ideia e o implementador desta ideia não foi nem mais nem menos do que o Eng.º João Cravinho deputado pelo PS e aqui pelo distrito de Aveiro. E o Eng.º João Cravinho deputado pelo partido socialista por Aveiro e na altura, e aquilo que o PS meteu na gaveta, foi esta ideia das portagens de não haver custos para os utilizadores ou seja todos nós pagávamos, para então passarmos a alguns poderem pagar. Agora o problema não está aí, o problema está em que o Governo que nos antecedeu e que colocou este país na situação calamitosa em que hoje estamos, aquilo que fez foi pegar em zonas urbanas, pegar em auto-estradas com mais de 20 anos, que já estão felizmente mais do que pagas e portajá-las. E isso é que é um escândalo, é quando nós temos uma auto-estrada que agora é a auto-estrada e que se chamava itinerário principal 5, que passava nalgumas zonas do nosso município de Aveiro e decidiu que essa estrada ao fim de vinte anos de utilização, agora passava a ser uma auto-estrada e devia dividir os munícipes aveirenses, os do lado da auto-estrada, do outro lado da auto-estrada e se quiséssemos passar de um lado para o outro, ou seja circularmos dentro do município de Aveiro em zona urbana, de termos que pagar. Este é que é o grande problema que nós temos que resolver em Aveiro e que eu espero que com os nossos deputados, com este Governo haja a sensibilidade para que as zonas urbanas possam ter a mobilidade que devem ter, mas também mantendo sempre o princípio de utilizador/pagador, que é assim que deve acontecer, principalmente naquilo que são as auto-estradas novas. Agora mais uma vez é preciso lembrarmo-nos que todos nós gostaríamos muito de usufruirmos de auto-estradas sem qualquer custo para os seus utilizadores, mas infelizmente mais uma vez o país não tem possibilidades de poder fazer isso. E por fim, só gostaria de recordar realmente, que o Partido Social-democrata que ganhou estas eleições tem realmente responsabilidades que são responsabilidades enormes e que são assumidas por inteiro pelo partido social-democrata, pelo seu Presidente e que Portugal realmente não pode falhar esta possibilidade de

reestruturar a sua economia, porque se não podemos cair no estado deplorável em que neste momento a Grécia se encontra. Muito obrigado.”

Concluídas as intervenções, o Presidente da Mesa⁰⁶⁵ colocou votação do plenário, a alteração à *Ordem do Dia* a pedido da Câmara, no sentido de ser iniciada a próxima reunião no dia 06/07/2011, com o ponto 2 - Projecto de Intervenção para a Avenida Dr. Lourenço Peixinho - apresentação da metodologia, do enquadramento e grandes intervenções urbanísticas e dos conceitos base para o espaço público – apresentação, sendo aprovado por unanimidade.

Usaram da palavra os seguintes vogais.

Vogal Raúl Ventura Martins (PS)⁰⁶⁶

Presidente da Mesa⁰⁶⁷

Vogal Raúl Martins (PS)⁰⁶⁸

Presidente da Mesa⁰⁶⁹

Vogal Ernesto Carlos Barros (CDS)⁰⁷⁰

Presidente da Mesa ⁰⁷²

Da Câmara Municipal

Vereador Carlos Santos:⁰⁷³

Presidente da Câmara:⁰⁷⁴

“Arquitecto Paulo Anes, o Plano de Ordenamento da Orla Costeira, foi constituída finalmente a equipa de revisão.

Dr.ª Ana Maria Seíça Neves, só todos juntos, também aqui vamos conseguir, certamente que vamos conseguir esse desiderato. O hotel de São Jacinto que foi aqui levantado é um terreno privado. Há uma cláusula de reversão em função da escritura que foi celebrada, mas só iremos accionar essa cláusula de reversão, quando houver um interessado, porque accionar a cláusula de reversão implica a devolução de todo o dinheiro que foi recebido na alienação desse terreno.

Em relação ao gabinete, seis anos depois decidimos a criação do gabinete, porque em oito anos antes, não foi decidida a criação do gabinete. Como sabem o departamento de serviços urbanos é o coração do município, tem por missão responder no terreno àquelas que são as exigências e as solicitações especialmente das Juntas de Freguesia e dos Presidentes de Junta e também de Instituições e de cidadãos e todos desejamos, que como serviço público o DSU funcione da maneira mais eficaz e mais rentável possível.

Nas avaliações periódicas que fizemos, a avaliação não esteve à altura daquilo que desejávamos, era necessário implementar medidas e foi aquilo que fizemos de acordo por proposta e com toda a solidariedade de todos os Presidentes de Junta, que aqui aquilo que se pretende conforme ficou claro na reunião com os Presidentes de Junta é valorizar, é reforçar, é dignificar, o papel decisivo que as Juntas e os Presidentes da Junta têm na construção de uma comunidade melhor.

Duas notas finais ainda, primeiro há decisões que são difíceis mas têm que ser tomadas. Uma situação que nos endivida em cinquenta mil euros por mês, antes que nos tornemos no que aqui foi referido numa Grécia, tem que haver medidas, são impopulares, custam mas elas têm que ser tomadas.

O ferry, todos estamos de acordo neste facto. O actual ferry não serve os interesses da população de São Jacinto. Penso que todos estamos de acordo com isto. Avaria, tem revisões e sempre que isso acontece pára! Pára, transtorna a vida das pessoas. Tem que haver uma solução alternativa. Se não for esta que nós optámos digam-nos qual é que devia ter sido!?

A última nota tem a ver com a posição que o partido socialista tomou no decorrer desta Assembleia. Brilhante como é habitual! Esclarecedora como é habitual! Com soluções para os problemas todos como é habitual. Mas é preciso termos memória. Aquele partido socialista que está aqui hoje em São Jacinto a apresentar as soluções todas para São Jacinto, foi o mesmo partido socialista que durante oito anos que esteve na Câmara e que esteve na Junta em simultâneo — não conseguiu uma vez aprovar a bandeira azul para São Jacinto! Uma vez sequer! Quando nós entrámos, nos seis anos que aqui estamos, durante seis anos São Jacinto teve a bandeira azul. Se isto não chegar, vamos ao outro facto. Quando as pessoas que aqui estão preocupadas com o aumento dos três euros para os não residentes em São Jacinto, quando tinham poder de decisão e quando foram chamados a decidir aquilo que a população de São Jacinto tinha que pagar de impostos no âmbito do IMI, a decisão que tomou foi que São Jacinto deveria pagar o valor máximo do IMI. Essa foi a decisão que quem aqui está agora preocupado com três euros, na altura tomou em relação a São Jacinto e não se preocupou na altura de colocar os habitantes de São Jacinto a este nível, ao nível das pessoas que vivem no centro da cidade de Aveiro.

A última nota para dizer isto: também foi este PS que tem a solução e que pergunta por tudo, que veio aqui ao salão da Junta de Freguesia e foi-me contado pelas pessoas que assistiram, o mais alto representante na altura dizer assim «Porto de Abrigo vai avançar, até já está o dinheiro na Câmara». Nem vimos o Porto de Abrigo, nem vimos o dinheiro na Câmara. Se há alguém que em São Jacinto se tem que envergonhar não somos nós que estamos a resolver os problemas, foi o PS quando aqui esteve, e que não os resolveu.”

De seguida o presidente da Mesa⁰⁷⁵deu por encerrada a primeira reunião da Sessão Ordinária de Junho, informando que a próxima reunião será no dia 06 de Julho (4.ª feira) pelas 20:00 horas, na sede da Assembleia Municipal, em Aveiro.

Eram 24:00 horas do dia 29 de Junho de 2011.

Para constar e devidos efeitos se lavrou a presente acta, que tem como suporte gravação digital de tudo quanto ocorreu na respectiva reunião, nos termos do disposto no n.º 3 do artigo 43.º do Regimento, e vai ser assinada pelo Presidente da Assembleia e por mim, Manuel Cartaxo, coordenador do Gabinete de Apoio à Assembleia Municipal, que a elaborei nos termos legais.

(3:30)